



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 9535/2017**

**NOTÍCIA DE FATO Nº 1.30.017.000608/2017-17**

**ORIGEM: PRM-SÃO JOÃO DE MERITI/RJ**

**PROCURADORA OFICIANTE: LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO**

**RELATORA: MARIA HELENA DE CARVALHO NOGUEIRA DE PAULA**

**NOTÍCIA DE FATO. INVESTIGADO PRESO EM FLAGRANTE POR TENTAR REGISTRAR CRIANÇA COM DOCUMENTO FALSO EM NOME DE ESTRANGEIRO. POSSÍVEL PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 237, 238 E 239 DA LEI Nº 8069/90 E/OU ART. 304 DO CP. MPF: PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. REVISÃO (ENUNCIADO 32 DA 2ª CCR). DECLÍNIO PREMATURO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.**

1. Notícia de Fato instaurada para apurar a suposta prática dos crimes previstos nos arts. 237, 238 e 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou art. 304 do Código Penal, tendo em vista que o investigado foi preso em flagrante ao apresentar declaração de nascido vivo falsa em Cartório de Registro. Verificou-se que no documento falso constava o nome de pessoa estrangeira, motivo pelo qual houve a remessa dos autos ao MPF.

2. A Procuradora da República oficiante, sem realizar qualquer diligência, promoveu o declínio de atribuições sob o seguinte fundamento: *"Apesar de haver suspeitas da intenção do cometimento dos delitos previstos nos artigos 237, 238 e 239 da Lei 8.069/90, fato é que o delito investigado é apenas o do uso de documento falso, previsto no artigo 304 c/c 297 do Código Penal. No caso em tela, entende o MPF que deve, em princípio, prosseguir com a investigação na esfera estadual. Caso seja efetivamente comprovada a prática do delito previsto no artigo 238 da Lei 8.069/90, o deverá ser remetida à Justiça Federal toda a investigação, incluindo o crime de falsificação da declaração de nascido vivo, por conexão".*

3. No atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido o declínio de atribuições se ausentes elementos mínimos da prática de crime de competência da Justiça Federal. Não é, contudo, o caso dos autos.

4. No caso, embora o próprio investigado tenha informado que foi contratado por nacional para registrar a criança utilizando-se de nome falso, há notícia de que o nome utilizado na declaração de nascido vivo pertence a estrangeiro, havendo indícios de um possível ato destinado ao envio de criança para o exterior com inobservância das formalidades legais. Cabe ressaltar que tal ato constitui crime considerado como prioritário pela 2ª CCR<sup>1</sup>, razão pela qual faz-se necessária a realização de diligências mínimas voltadas a esclarecer os fatos, tais como a identificação do terceiro que contratou o investigado, quem seria o estrangeiro, a finalidade em registrar a criança, etc.

5. Se posteriormente, as diligências apontarem a ausência de crime federal, é que deverá haver a remessa dos autos ao Ministério Público

<sup>1</sup>[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/gestao-estrategica/copy\\_of\\_metas-e-prioridades](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/gestao-estrategica/copy_of_metas-e-prioridades)

Estadual para apurar o uso do documento falso perante cartório de registros.

6. Não homologação do declínio de atribuições e devolução dos autos na forma do Enunciado nº 03 do Conselho Institucional do Ministério Público Federal: *“Não homologado o declínio de atribuições, os autos retornam ao ofício originário para prosseguimento, facultando-se ao membro, se for o caso, que, com fundamento em sua independência funcional, requeira a designação de outro membro para tanto.”*

Trata-se de Notícia de Fato instaurada para apurar a suposta prática dos crimes previstos nos arts. 237, 238 e 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou art. 304 do Código Penal, tendo em vista que o EVANDRO DA SILVA foi preso em flagrante ao apresentar declaração de nascido vivo falsa em Cartório de Registro. Verificou-se que no documento falso constava o nome de AUGUSTINHO ROQUE FILHO, pessoa de nacionalidade estrangeira, motivo pelo qual houve a remessa dos autos ao MPF.

A Procuradora da República oficiante, sem realizar qualquer diligência, promoveu o declínio de atribuições sob o seguinte fundamento: *“Apesar de haver suspeitas da intenção do cometimento dos delitos previstos nos artigos 237, 238 e 239 da Lei 8.069/90, fato é que o delito investigado é apenas o do uso de documento falso, previsto no artigo 304 c/c 297 do Código Penal. No caso em tela, entende o MPF que deve, em princípio, prosseguir com a investigação na esfera estadual. Caso seja efetivamente comprovada a prática do delito previsto no artigo 238 da Lei 8.069/90, o deverá ser remetida à Justiça Federal toda a investigação, incluindo o crime de falsificação da declaração de nascido vivo, por conexão”*.

Os autos foram remetidos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para fins de homologação (Enunciado nº 32).

É o relatório.

No atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido o declínio de atribuições se ausentes elementos mínimos da prática de crime de competência da Justiça Federal. Não é, contudo, o caso dos autos.

No caso, embora o próprio investigado tenha informado que foi contratado por nacional para registrar a criança utilizando-se de nome falso, há notícia de que o nome utilizado na declaração de nascido vivo pertence a estrangeiro, havendo indícios de um possível ato destinado ao envio de criança para o exterior com inobservância das formalidades legais. Cabe ressaltar que tal ato constitui crime considerado como prioritário pela 2ª CCR<sup>2</sup>, razão pela qual faz-se necessária a realização de diligências

<sup>2</sup>[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/gestao-estrategica/copy\\_of\\_metas-e-prioridades](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/gestao-estrategica/copy_of_metas-e-prioridades)

mínimas voltadas a esclarecer os fatos, tais como a identificação do terceiro que contratou o investigado, quem seria o estrangeiro, a finalidade em registrar a criança, etc.

Se posteriormente, as diligências apontarem a ausência de crime federal, é que deverá haver a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual para apurar o uso do documento falso perante cartório de registros.

Com essas considerações, tendo em vista a necessidade de realização de diligências, voto pela não homologação do declínio de atribuições e devolução dos autos na forma do Enunciado nº 03 do Conselho Institucional do Ministério Público Federal: *“Não homologado o declínio de atribuições, os autos retornam ao ofício originário para prosseguimento, facultando-se ao membro, se for o caso, que, com fundamento em sua independência funcional, requeira a designação de outro membro para tanto.”*

Encaminhem-se os autos ao Procurador da República oficiante para cumprimento, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 06 de dezembro de 2017.

**Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula**

Procuradora Regional da República

Suplente – 2ª CCR/MPF

/C.